

O Que Você Vai Ser Quando Crescer? Transição Para a Vida Adulta e Trajetória Profissional de Jovens Trabalhadores Brasileiros

Autoria

Jane Kelly Dantas Barbosa - jane_kdantas@hotmail.com

Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin - CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Kely Cesar Martins de Paiva - kelypaiva@face.ufmg.br

Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin - CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Diogo Henrique Helal - diogohh@yahoo.com.br

Diretoria de Pesquisas Sociais/Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Curso de Mestr Prof em Gestão Empresarial - MPGE/FBV - Faculdade Boa Viagem

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Resumo

Diante das peculiaridades dos jovens trabalhadores brasileiros e das mudanças que envolvem a transição para a vida adulta e a trajetória profissional dos mesmos na sociedade contemporânea, este ensaio tem como objetivo refletir sobre tais temas e tecer considerações sobre a importância de pensar a juventude se desprendendo de visões estereotipadas e reducionistas, abordando os jovens não apenas como um vir a ser, mas como sujeitos que guardam sua importância pelo que são, pensam e fazem no presente. Ressalta-se que generalizações em termos de tipologias geracionais e de carreira, reproduzindo modelos pensados em países predominantemente norteamericanos, não são transponíveis para a realidade brasileira por serem parciais e homogeneizantes e, especialmente, pela diversidade encontrada nas juventudes do Brasil. Sendo assim, cabe buscar uma maior compreensão sobre essas juventudes, em especial aquela formada por jovens de estratos mais baixos da sociedade, considerando em que termos se dá a transição desses jovens para a adultez e qual o papel do trabalho (ou não trabalho) nesse processo, além de refletir criticamente sobre a efetividade de políticas públicas direcionadas à inserção e manutenção desses jovens no mundo laboral.

O Que Você Vai Ser Quando Crescer? Transição Para a Vida Adulta e Trajetória Profissional de Jovens Trabalhadores Brasileiros

Resumo

Diante das peculiaridades dos jovens trabalhadores brasileiros e das mudanças que envolvem a transição para a vida adulta e a trajetória profissional dos mesmos na sociedade contemporânea, este ensaio tem como objetivo refletir sobre tais temas e tecer considerações sobre a importância de pensar a juventude se desprendendo de visões estereotipadas e reducionistas, abordando os jovens não apenas como um vir a ser, mas como sujeitos que guardam sua importância pelo que são, pensam e fazem no presente. Ressalta-se que generalizações em termos de tipologias geracionais e de carreira, reproduzindo modelos pensados em países predominantemente norteamericanos, não são transponíveis para a realidade brasileira por serem parciais e homogeneizantes e, especialmente, pela diversidade encontrada nas juventudes no Brasil. Sendo assim, cabe buscar uma maior compreensão sobre essas juventudes, em especial aquela formada por jovens de estratos socioeconômicos mais baixos da sociedade, considerando em que termos se dá a transição desses jovens para a adultez e qual o papel do trabalho (ou não trabalho) nesse processo, além de refletir criticamente sobre a efetividade de políticas públicas direcionadas à inserção e manutenção desses jovens no mundo laboral.

Palavras-chave: juventudes, jovens trabalhadores, trajetória profissional, transição, vida adulta.

“[...] temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 1996, p. 3).

Introdução

Os debates sobre as mudanças ocorridas na sociedade contemporânea se intensificaram, notadamente porque tais mudanças também se intensificaram desde as últimas décadas do século XX, sejam elas de cunho social, cultural, econômico, tecnológico ou geopolítico, trazendo implicações diretas sobre os sujeitos e seus modos de ser e agir (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007). Vivencia-se um contexto marcado por descontinuidade, transitoriedade, velocidade e efemeridade que atinge todos os âmbitos da vida e, em especial, os impactos no âmbito do trabalho chamam a atenção, considerando-se que, embora existam discussões sobre a perda de sua centralidade, entende-se que o trabalho segue sendo uma categoria central para os seres humanos e sua sociabilidade (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007; SOBROSA et al, 2013).

Entre as mudanças do mundo do trabalho, destaca-se a maior heterogeneidade da classe trabalhadora e a maior vulnerabilidade, precariedade, fragmentação e flexibilidade nas relações de trabalho e modos de produzir a que essa classe está submetida. Essas mudanças podem representar oportunidades e riscos para os jovens, destacando-se a sua pluralidade, pois não é possível pensar a juventude em sentido homogêneo e singular ou apenas com base em marcadores etários, mas sim no sentido de juventudes heterogêneas e atravessadas por diversidades regionais, culturais, econômicas, sociais e educacionais (GALLAND, 2000; KERBAUY, 2005; MARGULLIS; URRESTI, 2008; TIRIBA; FISCHER, 2011; ARNETT, 2012; LEMOS, 2012; ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012; VERIGUINE; BASSO; SOARES, 2014; SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018).

Considerando uma visão positiva das transformações ocorridas na sociedade e no mundo do trabalho, em que, apesar da destacada instabilidade e precarização, existam mais oportunidades e opções profissionais para os jovens, sabe-se que, no entanto, elas não são acessíveis a todas as juventudes existentes (GUERREIRO; ABRANTES, 2005). Os jovens

que não estudam nem trabalham, por exemplo, correspondem a 23% dos jovens no Brasil, taxa maior do que a encontrada na América Latina (NOVELLA et al, 2018). Dentre os chamados “nem nem”, a maioria é do sexo feminino, apresenta baixo nível socioeconômico, maior atraso escolar e faz parte das regiões norte, nordeste e centro-oeste do país. Cabe ressaltar que a condição de “nem nem” não implica inatividade, pelo contrário, considerando-se que a maioria desses jovens desenvolve outras atividades: quando homens, majoritariamente procuram emprego, quando mulheres, cuidam de filhos, familiares e tarefas domésticas. Em outras palavras, entre os jovens que não estudam nem trabalham, a maioria é mulher, pobre e se dedica a afazeres domésticos (COSTA; ROCHA; SILVA, 2018), aumentando os riscos de perpetuação de pobreza, desigualdade e estereótipos de gênero.

Destaca-se, ainda, que os diferentes acessos e trajetórias das juventudes brasileiras trazem elementos propícios à discussão da ideia de meritocracia, a qual propaga igualdade no acesso às oportunidades, mas atua no sentido de negar antagonismos sociais, responsabilizando individualmente os sujeitos por seus sucessos e fracassos (MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019). Sabe-se que, se o sucesso e a consequente ascensão social fossem vistos apenas como resultado dos esforços e motivação dos indivíduos, todos teriam iguais condições de sucesso e mobilidade social (BEHAR, 2019), contudo, o que é verificado é que as barreiras sociais enfrentadas pelos jovens não estão sob controle dos mesmos e se traduzem em um contexto de trabalho comumente precário e instável. Idade, sexo, gênero, raça, origem social e classe econômica são exemplos de fatores que podem demonstrar as deficiências da neutralidade da meritocracia e da autorresponsabilização pela empregabilidade (MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019). Se estes discursos realmente funcionassem, jovens negros brasileiros não seriam maioria entre os jovens analfabetos, vítimas de violência e que apresentam condições de maior precariedade na inserção laboral quando comparados aos jovens brancos (AQUINO, 2009). Dessa forma, é possível afirmar que a estratificação social e ocupacional tem relação direta com a origem do indivíduo e o contexto social onde ele está inserido, demonstrando que a meritocracia, apesar de respaldada em ideais de maior racionalidade e eficiência, na sociedade brasileira está longe de cumprir o que promete (HELAL, 2007).

Diante disso e partindo do entendimento de que para os jovens a vida precisa de algum tipo de trabalho para ser plenamente vivida (PAIS, 2005), sendo o trabalho uma dimensão estruturante de expectativas e projetos juvenis (CORROCHANO; FREITAS, 2016) e condicionante do seu futuro (SOBROSA et al, 2013), cabe refletir sobre as possibilidades e vivências que se abrem para as juventudes no mercado de trabalho e os impactos percebidos por eles no processo de transição para a vida adulta.

Embora ainda seja tema pouco abordado nos estudos sobre juventude no Brasil (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018), a preocupação com as transições para a vida adulta teve destaque nos anos de 1970 e tem recebido maior interesse das ciências sociais (GUERREIRO; ABRANTES, 2005), sobretudo diante do adiamento do *status* de adulto que vem sendo percebido nas juventudes de diversos países e das mudanças estruturais que ocorreram na sociedade e nas diversas formas de ser jovem (DIB; CASTRO, 2010). Percebe-se que o termo transição para a vida adulta implica uma ideia social do que é ser adulto, envolvendo não apenas critérios biológicos, mas também critérios socialmente construídos (ARNETT, 1997; MARGULLIS; URRESTI, 2008).

A ideia de transição linear, homogênea e padronizada, com marcadores ou eventos facilmente identificáveis tornou-se obsoleta (THOMSON et al, 2002; PAIS, 2005; DIB; CASTRO, 2010). As fronteiras, marcos e eventos difundidos como referências e balizadores do sequenciamento entre etapas “parecem se fragmentar materialmente, quando os referenciais externos se enfraquecem ou deixam de existir e, simbolicamente, quando deixam de apontar o sentido das coisas e de serem valorizados pelos indivíduos” (DIB; CASTRO,

2010, p. 10). Com isso, as trajetórias dos jovens “seguem em ondulações próprias, cadenciadas pelo ritmo da imprevisibilidade, em itinerários não-lineares, com vinculações complexas e movimentos que envolvem avanços e retrocessos, nem sempre nítidos”, mas importantes de serem considerados (DIB; CASTRO, 2010, p. 13).

Contudo, ainda podem ser identificados pontos de convergência sobre a população jovem em diferentes sociedades no mundo, como a extensão da vida escolar (GUERREIRO; ABRANTES, 2005; ARNETT, 2012), a entrada mais tardia e instável no mercado de trabalho, o avanço na equidade entre gêneros (GUERREIRO; ABRANTES, 2005), a diminuição da natalidade e o aumento da idade associada ao casamento e à paternidade/maternidade, tornando o estudo da idade adulta emergente especialmente frutífero (ARNETT, 2012). No caso do Brasil, em pesquisa contemplando 3.300 jovens, de 15 a 29 anos, de todas as regiões da federação, viu-se que há mais jovens casados e com filhos (nem sempre as duas condições coincidem) quanto menor é a renda familiar. Dentre os jovens de estratos mais baixos, 38% são casados, enquanto 28% o são nos estratos mais altos. Em relação ao sexo, 28% dos jovens do sexo masculino são pais, enquanto 54% das jovens do sexo feminino são mães (ABRAMO, 2016). Sendo assim, por mais que existam pontos de convergência, é relevante considerar os jovens em sua interseccionalidade, que trata de cruzamentos e convergências na reprodução de desigualdades, da interação de dois ou mais eixos de subordinação e suas implicações (COLLING; OLTRAMARI, 2019).

Com o prolongamento da juventude, o enfraquecimento das fronteiras e marcos de transição para a adultez e a perspectiva de transições processuais e não lineares, são percebidas também mudanças quanto às formas de lidar com o futuro, com vistas à obscuridade que ele representa para os jovens. É possível afirmar que muitos deles “estão fortemente voltados para o presente, uma vez que o futuro não oferece a chance de transformar suas aspirações em realidade. Planos futuros estão relativamente ausentes. Aqueles que eles têm são de curto prazo. Eles se concentram em viver suas vidas dia após dia” (PAIS, 2003, p. 123). A ideia de linearidade e futuro vinculada à modernidade se esvaiu, constituindo pano de fundo para as discussões aqui propostas, embora não seja propósito deste ensaio abordar o debate modernidade *versus* pós-modernidade. O que se pretende destacar é a metamorfose pela qual passaram as noções de espaço e tempo, bem como o entendimento progressivo e linear da história (JAMESON, 1984).

A dificuldade de pensar em um futuro está atrelada, especialmente na juventude, ao âmbito laboral. Quando se pensa no futuro dos jovens, a vertente profissional merece destaque, uma vez que o trabalho representa aspecto fundamental na concepção de adultez e que, desde a primeira socialização na infância, eles já são defrontados com a pergunta: o que você vai ser quando crescer? Nesta pergunta, está implícita a ideia de que, ao crescer, é preciso ser alguém com uma profissão e de que o sujeito é o que ele faz. Durante todo o percurso escolar, esta ideia é reforçada, afinal, os anos dedicados aos estudos são uma forma de preparação o futuro, notadamente para um futuro profissional, embora esse “cheque pré-datado” possa não ter o valor esperado no futuro (PAIS, 2005).

Às portas do mercado de trabalho, os jovens encontram dificuldades de inserção e permanência profissional (VERIGUINE, BASSO, SOARES, 2014; CORROCHANO; FREITAS, 2016), maiores taxas de desemprego em comparação com o restante da população economicamente ativa (GUERREIRO; ABRANTES, 2005, RAITZ; PETTERS, 2008; DIB; CASTRO, 2010; REIS, 2015; PICANÇO, 2015), elevada rotatividade, informalidade (REIS, 2015; NOVELLA et al, 2018) e precariedade dos postos e vínculos de trabalho (PAIS, 2005; GUERREIRO; ABRANTES, 2005; REIS, 2015). Cabe frisar que as dificuldades enfrentadas pelos jovens no mercado de trabalho são atravessadas por diferenças relativas a gênero, raça, nível de instrução, localização geográfica e classe social, sendo que “os jovens pertencentes aos estratos mais pobres são os mais frontalmente atingidos pelo desemprego e pelas

mudanças no mercado de trabalho” (DIB; CASTRO, 2010, p.5).

Diante desse cenário, desde os anos 1990 no Brasil, vem ocorrendo uma preocupação mais sistemática dos governos em desenvolver e implantar políticas orientadas para as juventudes, focadas principalmente em profissionalização, educação e ocupação do tempo livre (estas principalmente com vistas a prevenir/impedir comportamentos “desviantes” dos jovens) (KERBAUY, 2005). Em 2005, foi criada a Secretaria Nacional da Juventude; em 2010, através da Emenda Constitucional nº 65, o termo “jovem” foi incluído no texto constitucional e; em 2013, foi aprovado o Estatuto da Juventude, representando importantes conquistas no reconhecimento sociopolítico da juventude (RIBEIRO, 2016). No tocante ao trabalho, destaca-se a Lei da Aprendizagem ou Lei nº 10.097 (BRASIL, 2000), regulamentada pelo Decreto nº 5.598 (BRASIL, 2005), estabelecendo que empresas de médio e grande porte contratem jovens de 14 a 24 anos, através de contrato especial por tempo determinado, para desenvolverem atividades laborais e, concomitantemente, frequentarem cursos de aprendizagem. Esse programa alcançou mais de 3,5 milhão de jovens no Brasil até 2018, apresentando uma evolução ascendente de contratos até 2014, quando começaram então a diminuir os números, demonstrando redução de aproximadamente 13% no número de aprendizes contratados de 2014 a 2018 (MT, 2018). Recentemente, o Decreto nº 5.598 (BRASIL, 2005) foi revogado pelo Decreto nº 9.579 (BRASIL, 2018), que praticamente não alterou seu conteúdo em termos do “aprendiz”.

Destaca-se que a formação profissional nem sempre atua no sentido de contribuir para eliminar ou atenuar aspectos negativos do sistema de empregos e enfrentar o desemprego juvenil (PAIS, 2005; GONZALEZ, 2009). Além disso, as políticas públicas direcionadas para os jovens no Brasil “não têm sido suficientes para proporcionar a obtenção de trabalhos satisfatórios, a partir dos quais projetos profissionais mais elaborados possam ser construídos” (SOBROSA et al, 2013, p. 274). A Lei da Aprendizagem é apenas uma possibilidade, com seus pontos fortes e falhos, mas não é, nem de longe, a opção mais frequente para os jovens brasileiros, diante dos altos níveis de subemprego e informalidade. A nível mundial, a informalidade juvenil constitui um problema significativo, abrangendo cerca de três quartos da juventude (ILO, 2017). Sendo assim, torna-se importante refletir sobre as crenças e expectativas dos jovens sobre o trabalho (ou a falta dele), em especial de jovens de classes populares, que comumente atribuem ao trabalho a chance de “ganhar a vida” e/ou “mudar de vida” (SOBROSA et al, 2013; CORROCHANO; FREITAS, 2016).

A trajetória profissional de jovens de estratos mais baixos da sociedade e as ideias que eles possuem sobre a vida adulta são de particular interesse neste ensaio, assim como os impactos que iniciativas relativas às políticas públicas podem ter nessas trajetórias. Parte-se do pressuposto de que é crucial refletir sobre como as interseccionalidades, como diferenças de gênero, escolaridade e origem social, afetam as trajetórias de jovens e como, mesmo dentro de um recorte regional e socioeconômico de similaridades, as diferenças entre as trajetórias dos mesmos podem ser explicadas.

Jovens e juventudes no Brasil

O conhecimento sistemático acerca da diversidade etária ainda pode ser considerado limitado, embora este tipo de diversidade apresente tendência de aumento considerável em comparação com outras categorias de diversidade (KUNZE; BOEHM, 2013), o que, por si só, sublinha a importância de pensar grupos etários na sociedade e refletir sobre suas características, aspirações, valores e influências na dinâmica social. Ao se falar de juventude, por exemplo, está em questão uma etapa da vida com significados próprios, que “se reveste de conteúdos muito singulares e de grande intensidade social” (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005, p. 7), justificando sua relevância não apenas em virtude de representar um vir a ser, vinculada a futuros adultos com papéis sociais a cumprir, mas também pelo que os jovens são,

pensam e fazem no presente.

A juventude parece remeter a um marco classificatório preciso, mas, na verdade, encontra-se envolta em ambiguidade e imprecisão (MARGULLIS; URRESTI, 2008). Destacando que a juventude é socialmente construída e que pode haver variações dentro de uma mesma sociedade (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005; MARGULLIS; URRESTI, 2008; ABRAMO, 2016), pensar em um conceito unívoco e estático de juventude envolve dificuldades com razões históricas, sociais e culturais (RAITZ; PETTERS, 2008). Ainda que os limites etários não possam ser rigidamente definidos, há uma correspondência com a idade, com a noção de fase do ciclo da vida e com a noção de transição (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005). No Brasil, o período etário convencional para a juventude e constante nos marcos legais das políticas que envolvem esse grupo é de 15 a 29 anos, enquanto a ONU considera a faixa etária de 15 a 24 anos (ABRAMO, 2016) e outras delimitações podem ser citadas, a depender dos países e instituições que as utilizam.

A juventude pode ser entendida como uma condição articulada social e culturalmente em função da idade, geração, classe social de origem, gênero, localização da família e malha de instituições que regem a vida social (MARGULLIS; URRESTI, 2008), mas vai além disso. Existe a “condição juvenil”, que se refere à estrutura social que cerca os jovens, contemplando aspectos formativos, trabalhistas, econômicos e culturais e há, ainda, a “situação social dos jovens”, que se refere a como os jovens vivem e experimentam sua condição juvenil no espaço e no tempo (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005), sendo a condição juvenil e a situação social dos jovens duas facetas imbricadas para a compreensão da juventude.

No Brasil, podem ser elencados cinco tipos de abordagens no que tange as juventudes existentes, a saber: 1) juventude como período preparatório, em que a juventude é vista como um período de transição entre infância e vida adulta, apresentando como deficiências a premissa de homogeneização da juventude e de jovens como sujeitos sociais do futuro e não do presente; 2) juventude como etapa problemática, destacando os comportamentos de risco e as transgressões dos jovens, que são colocados como ameaça à ordem social, cuja deficiência está na estigmatização generalizadora dos jovens; 3) juventude como atores estratégicos do desenvolvimento, partindo do entendimento dos jovens como atores dinâmicos e capazes de contribuir para enfrentar e resolver os problemas da sociedade, trazendo como problema a responsabilidade depositada sobre os jovens, com tendência a negligenciar suas necessidades; 4) juventude como atores com papel especial de transformação, sendo esta conectada à abordagem anterior, mas frisando o papel de participação juvenil, dedicação à dimensão social, contestação, capacidade crítica e de criação de utopias, que traz como risco a vinculação a um modelo específico de participação, privilegiando o engajamento em ações cívicas e alimentando uma mistificação dos jovens como promotores da mudança e, por fim; 5) juventude cidadã como sujeitos das políticas, em que os jovens são vistos como sujeitos integrais (e não incompletos), detentores de direitos e que vivenciam uma etapa singular de desenvolvimento pessoal e social, sendo uma deficiência a dificuldade existente em delimitar os aspectos específicos que os singularizam e diferenciam os seus direitos (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005).

Essas abordagens coexistem e se fazem presentes historicamente nos modos como a juventude é vista e tratada ao longo do tempo no Brasil. Até os anos 1970, a juventude era vista basicamente como período preparatório, com ênfase na formação escolar, porém direcionada a jovens específicos, aqueles de classes média e alta. Às margens da ideia de juventude dominante, estavam os jovens de estratos mais pobres da população que abandonavam os estudos e ingressavam precocemente no mercado de trabalho, sendo alvo de preocupação pública apenas no sentido da inserção laboral e das medidas de prevenção, punição ou resgate das situações desviantes. Após os anos 1970, com a organização e atuação

dos movimentos estudantis reivindicando o fim do regime militar de 1964, os jovens iniciaram uma mudança de viés que, porém, perdeu força paulatinamente e deu lugar ao problema dos meninos de rua, que se tornaram motivo de pânico, ondas de repressão e violência. As discussões e ações engendradas a partir daí resultaram na criação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que contemplava basicamente crianças e jovens de até 18 anos, excluindo jovens com idade superior a esta (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005).

A partir dos anos 1990, os jovens voltaram a ganhar visibilidade, mais uma vez com base no paradigma da juventude como etapa problemática, considerando as dificuldades enfrentadas por eles no mercado de trabalho e os comportamentos de risco vinculados à juventude, como gravidez precoce, uso de drogas, índices de violência e doenças sexualmente transmissíveis. Com isso, organizações não governamentais e organizações do terceiro setor desenvolveram ações voltadas à educação, formação, saúde e cultura dos jovens, fomentando uma mudança de paradigma para a visão dos jovens como atores estratégicos de desenvolvimento local. Os jovens de estratos mais baixos da sociedade começaram a emergir não apenas como grupo de risco, mas como grupos juvenis que demonstravam suas pautas, preocupações e realidades, através do Hip Hop, do grafite, do rock, da capoeira, do teatro, da poesia, do *skate*, das rádios comunitárias, etc. Com a intensificação dos debates acerca da juventude e com a interlocução com o poder público, nos anos 2000 surgem o Plano Nacional de Políticas de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Caminha-se para a abordagem da juventude cidadã como sujeitos das políticas, ainda incipiente no Brasil, embora pareça a mais profícua para desenvolver ações e políticas que contemplem o jovem de forma integral e diversificada (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005).

Tendo em vista que, quando se fala em juventude, o enfoque muitas vezes se prende aos sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens, destaca-se a importância de falar sobre os jovens frisando como eles próprios elaboram e vivem suas experiências, colocando-os como sujeitos e guardando distância da imagem dos jovens como “problema social”, principalmente os de contexto de vulnerabilidade, e da juventude como fase difícil e problemática (ABRAMO, 1997). Nesse sentido, surge a ideia de “protagonismo juvenil”, que é relevante na medida em que reforça a posição de sujeitos dos jovens na sociedade, entretanto, cabem ressalvas quanto ao uso desse discurso no sentido de responsabilizar exclusivamente o jovem pelo seu futuro, relegando os aspectos estruturais da sociedade e do Estado (TIRIBA; FISCHER, 2011).

A duração e a qualidade das vivências na juventude estão relacionadas às características socioeconômicas dos jovens e às construções sociais dos papéis/lugares destinados aos homens e às mulheres, considerando ainda as variações de gênero e de grupos raciais na sociedade (AQUINO, 2009). Exemplo disso, usando apenas um dos recortes dos possíveis e cabíveis, é que, no Brasil, jovens negros são maioria entre os jovens que nem trabalham nem estudam, além de apresentar condições de maior precariedade na inserção laboral quando comparados aos jovens brancos. Jovens negros também são maioria entre os jovens analfabetos e entre as vítimas de violência, apresentam três vezes mais chances de serem vítimas de homicídio do que jovens brancos e, majoritariamente, são os jovens negros, do sexo masculino e pobres os mais afetados pela violência (FLORES, 2017).

Considerando que o Brasil é um país com dimensões continentais, onde a diversidade se expressa em toda sua pluralidade e onde as desigualdades na distribuição de renda são perpetuadas historicamente, a idade constitui mais um fator de acirramento das diferenças e as juventudes envolvem disparidades consideráveis quando as informações são desagregadas conforme região, situação socioeconômica, raça, etnia, gênero, dentre outros fatores. Sendo assim, cabe considerar as juventudes em sua diversidade e refletir sobre as vulnerabilidades, mas, não menos importante, também sobre as potencialidades desse grupo.

Transição para a adultez

Ao colocar em pauta a transição para a adultez é recorrente uma tendência à padronização, por meio de aspectos como idade, escolaridade mínima, formação necessária, características comportamentais exigidas, conquistas, etc., numa sucessão de causa e efeitos que desconsidera que essa lógica de linearidade não se ajusta à realidade das transições juvenis, que são plurais (PAIS, 2005; FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005). A saída da casa dos pais, a conclusão da vida escolar, o ingresso no mercado de trabalho, os relacionamentos, entre outros aspectos, não são mais definitivos ou estáveis e os jovens se veem obrigados a lidar com a mobilidade e a elasticidade. O papel das instituições sociais na transição para a vida adulta, destacando-se a escola, vem assumindo novos contornos diante da instabilidade e da dinamicidade envolvida nessa transição (ARNETT, 1997). É percebido um “princípio da reversibilidade”, em que os antigos marcadores desse processo de transição são reversíveis, não possuem sequências lineares e uniformes, e as oposições binárias clássicas entre *status* passam a envolver diversos *status* intermediários, caracterizando um prolongamento da juventude (PAIS, 2005; ABRAMO, 2016).

A ideia de juventude como uma sucessão de etapas que conduzem ao mundo adulto desaparece e os eventos que demarcam o sequenciamento de etapas do processo de transição, embora ainda possam ocorrer, perdem “tanto sua ordem e irreversibilidade como a moldura social que lhes garantia seu sentido global” (LECCARDI, 2005, p. 48). Os jovens que concluem a vida escolar podem, seguindo uma sequência linear e padronizada, casar-se, sair de casa e ingressar em um emprego promissor, contudo, não é incomum que, com a mesma rapidez, fiquem desempregados, voltem a estudar, se divorciem e voltem à casa dos pais. São experimentados, comumente, diversos *status* profissionais, estudantis e conjugais (PAIS, 2005). Vivências, responsabilidades e características do mundo adulto são experimentadas e mescladas com aquelas próprias da juventude. Nessas experimentações, entram as concepções socialmente construídas de “caminhos apropriados” a seguir e de “caminhos desviantes” a evitar, que desembocam na figura do “adulto bem sucedido” e na ideia de que os jovens devem ser figuras responsáveis, pois representam a esperança de um “mundo melhor” (TIRIBA; FISCHER, 2011).

Contudo, a relação dos jovens com o futuro é de incerteza e tensão, envolvendo dificuldades de imaginar o que os espera ou envolvendo planos direcionados para um futuro longínquo. O presente prepondera sobre o passado e o futuro. O tempo linear, característico de sociedades baseadas no progresso e que pressupõe continuidade e homogeneidade, se cruza com o tempo cíclico, como o de sociedades primitivas, no qual “é como se os jovens tivessem perdido o sentido de ‘continuidade histórica’ e vivessem o presente só em função do presente” (PAIS, 2005, p. 65). Dessa forma, sem o intuito de buscar novas padronizações, pode-se falar de trajetórias *ioiô*, conceito usado por Pais (2005) para se referir às trajetórias de vida juvenis, baseando-se nas lógicas contraditórias que regem a juventude. Diante das características fluidas da sociedade, “os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém” (PAIS, 2005, p. 58). Nesses trânsitos conturbados, alguns jovens se movimentam ao acaso ou destino, já outros pensam em formas estratégicas de transitar pelas tramas possíveis do labirinto da vida, reajustando suas estratégias conforme surgem imprevistos.

É possível afirmar que independentemente de como se desenvolvam essas transições, o principal eixo está ligado à independência financeira, característica associada à vida adulta (DIB; CASTRO, 2010), que parece representar um rompimento entre a condição de dependente e a daquele que pode “andar com as próprias pernas”. A dependência da renda dos pais ou responsáveis representa subordinação e infantilização do sujeito, enquanto a independência representa responsabilidade e liberdade. Para a independência e a estabilidade

financeira, o trabalho é aspecto fundamental, envolvendo escolhas que “são múltiplas e reversíveis, embora nem sempre possíveis” (PAIS, 2005, p. 12).

Para pensar nas escolhas e possibilidades que se abrem para os jovens no percurso para a vida adulta, é preciso refletir sobre o contexto social, econômico e cultural que atravessa esses jovens. Historicamente, jovens pobres são vistos como uma ameaça à sociedade, daí a pluralidade de estratégias para preencher seu tempo livre, ampliar os níveis de escolaridade e viabilizar a inserção profissional (ABRAMO, 1997; SILVA JÚNIOR, MAYORGA, 2019). Essas estratégias são mais compensatórias que emancipatórias, sendo as escolhas disponíveis aos jovens de estratos mais baixos da sociedade perpassadas por condições estruturais e; ainda, pela construção social do que é “ser alguém na vida”. Esses jovens, assim como os jovens outras camadas da sociedade, são transformados em protagonistas de suas vidas, responsáveis por empreender mudanças, por garantir a manutenção da ordem social e política e o desenvolvimento futuro da sociedade, mas, por vezes, são desconsideradas as profundas desigualdades estruturais da sociedade brasileira e os mecanismos produtores de exclusão e desigualdade (SILVA JÚNIOR, MAYORGA, 2019). Aos jovens de estratos mais baixos da sociedade, resta o lugar de trabalhadores, sendo seu afastamento ligado a potencial criminalidade (PICANÇO, 2015).

Demarcando-se que um dos fatores que tem influência substancial no caminho para a idade adulta emergente é a classe social e que devem ser deixadas à parte discussões que se prendam a nomenclaturas e marcadores etários, entende-se que a divisão da trajetória juvenil em etapas oferece estruturas úteis para compreender o desenvolvimento humano, mas que se deve reconhecer a diversidade dentro dessas etapas e partir do pressuposto de que elas não são universais nem uniformes, variando conforme contextos de classe social, etnia, cultura, nacionalidade e outros fatores (ARNETT, 2012).

Thomson et al (2002) analisaram a transição para a idade adulta de jovens de comunidades diferentes do Reino Unido, no decorrer de cinco anos, com vistas a identificar momentos críticos da biografia dos jovens e a sua relação com a localização social e geográfica dos mesmos. Segundo os autores momentos críticos são eventos que envolvem consequências importantes para a vida e a identidade dos jovens. Por meio da interação entre escolha, chance e oportunidade, os autores sugerem que o significado desses momentos críticos e as reações dos jovens a eles são estruturados socialmente. São destacados também os diferentes graus de agência e autoconsciência nas narrativas dos jovens, tendo em vista que os jovens são muitas vezes vulneráveis a decisões de terceiros, como pais ou responsáveis, e que recursos culturais, sociais e econômicos também influenciam suas vivências. Mesmo diante do que é socialmente construído e estruturado ou diante das decisões de terceiros, os autores ressaltam que cabe pensar como os jovens experimentam os eventos que ocorrem em suas vidas e as consequências deles.

Guerreiro e Abrantes (2005) pesquisaram a transição para a condição de adulto considerando jovens portugueses de diferentes contextos e situações de vida, centrando-se em quatro dimensões: educação, trabalho, família e gênero. A massificação do ensino superior, que atinge grande parcela dos jovens, sem desconsiderar outra parcela significativa que não conclui o ensino obrigatório e tem inserção precoce no mercado de trabalho; o contexto profissional exigente e competitivo, que envolve trabalhos rotineiros, temporários, de vínculos precários e rendimentos reduzidos; a transição familiar (saída da casa dos pais ou responsáveis e constituição de nova família) mais tardia e complexa; e a atenuação das desigualdades simbólicas e materiais entre homens e mulheres (embora a reprodução dessas desigualdades ainda seja vista em diversos aspectos), com maiores níveis de escolarização e profissionalização feminina, são fatores que influenciam o adiamento da entrada na vida adulta. Para dar conta destes e de outros elementos, os autores propõem uma tipologia de transição para a vida adulta, envolvendo sete padrões de transição, a saber: profissional,

lúdica, experimental, progressiva, precoce, precária e desestruturante.

Em seu estudo sobre mudança social, jovens e tempo, Leccardi (2005) abordou o conceito de diferimento das recompensas, que envolve o adiamento de uma satisfação possível no presente com vistas a garantir possíveis benefícios futuros. Considerando a juventude como uma preparação para a vida adulta, depreende-se que nos planos relativos ao que se fará no futuro projeta-se também quem se será, cabendo tolerar eventuais frustrações presentes para alcançar as projeções traçadas. Contudo, frente às incertezas e à dinamicidade da sociedade contemporânea, marcada por um horizonte temporal comprimido, compete refletir sobre os planos de longo prazo e o adiamento da satisfação no presente, uma vez que o sensato parece ser “aproveitar o instante” e se deter ao presente estendido, culminando no que pode ser chamado de crise da juventude como fase de transição para a idade adulta e, conseqüentemente, crise do diferimento das recompensas. De acordo com a autora, percebe-se uma individualização das biografias, com trajetórias que chegam a destinos diferentes e seguem itinerários diferentes, trazendo uma “nova ênfase na autodeterminação, na autonomia e na escolha (sem apagar, obviamente, os sulcos profundos traçados pelas diferenças de classe, de pertencimento étnico e, num plano talvez menos evidente, mas não menos poderoso, de gênero)” (LECCARDI, 2005, p. 49). Sendo assim, caberia aos jovens não se prender às incertezas do futuro e enxergá-las como um leque de possibilidades, não limitante, mas potencializante para a ação.

Por sua vez, Arnett (2012) tratou dos muitos termos utilizados para denominar o período de 18 a 24 anos, como idade adulta jovem, adolescência tardia, transição para a idade adulta e idade adulta emergente, sendo este o termo utilizado pelo autor, que também utiliza idade adulta jovem, porém para se referir a outra faixa etária, dos 30 aos 45 anos. O período de 25 a 29 anos, segundo o autor, não é fácil de caracterizar, sendo, para muitas pessoas, o início da imersão nos papéis da idade adulta jovem e, ainda, para muitos pesquisadores, esse período é englobado na idade adulta emergente, que se estende até o final dos 20 anos. O termo idade adulta emergente é escolhido devido ao fato de que a entrada na idade adulta ainda não está completa nessa fase, sendo a imersão completa nos papéis da vida adulta vivenciada na idade adulta jovem. Contudo, as idades que demarcam esses períodos podem variar conforme o país e conforme as percepções subjetivas dos jovens. Em pesquisa anterior com jovens americanos (ARNETT, 1997) foi percebido que eles rejeitaram os marcadores da transição associadas à idade adulta, como término dos estudos, casamento e paternidade, por exemplo, ressaltando, por outro lado, critérios relacionados a termos intangíveis, graduais, psicológicos e individualistas.

Diante do exposto sobre os processos de transição para a vida adulta das juventudes, a seguir é destacado um âmbito estruturante da adultez e condicionante do futuro dos jovens (CORROCHANO; FREITAS, 2016; SOBROSA et al, 2013), o âmbito do trabalho.

Jovens e Trajetória profissional

É no período da juventude em que se dá a inserção profissional e, nesse período, o trabalho assume pesos e sentidos diferentes na trajetória dos jovens (ABRAMO, 2016). Assim como a ideia de linearidade e padronização na transição para a vida adulta vem sendo desconstruída, ao pensar nas trajetórias profissionais não é diferente (PAIS, 2005), considerando-se que o projeto profissional não mais implica em antecipação, previsão e exatidão dos acontecimentos (DIB; CASTRO, 2010).

Ao refletir sobre a juventude brasileira é impossível ignorar o peso que tem o trabalho para esse grupo (ABRAMO, 2016), bem como é mais adequado pensar nas peculiaridades das trajetórias profissionais das juventudes presentes no Brasil, ao invés de tentar “encaixá-las” nas tipologias de geração e de carreira desenvolvidas em outros países, considerando que tais estudos são predominantemente norteamericanos (LEMOS, 2012). A caracterização dos

jovens em gerações, predominante na literatura estrangeira e reproduzida em estudos brasileiros, não obstante trate de um grupo particular de jovens, se posiciona como generalizante e desconsidera diferenças históricas, sociais, econômicas, culturais, étnicas e de gênero (LEMOS, 2012; ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012).

A ideia de geração Y, por exemplo, que alcançou destaque no Brasil apesar de suas limitações e inadequações para o caso brasileiro, caracteriza os jovens de uma geração com base no ano de nascimento e em características como alta qualificação e comportamento imediatista, homogeneizando a juventude em um país onde o acesso ao ensino superior e à inserção digital ainda se configuram como desafios e/ou privilégios (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012). Os jovens da geração Y são frequentemente ligados às novas tipologias de carreira, que em muito se distanciam da ideia de carreira tradicional, como é o caso dos conceitos de carreira sem fronteiras (ARTHUR; CLAMAN; DeFILLIPPI, 1995) e carreira proteana (HALL; MOSS, 1998). Na carreira sem fronteiras, ocorrem migrações entre distintas organizações em virtude da busca por novas oportunidades e desafios, sendo os trabalhadores os responsáveis pelos rumos de sua carreira, enquanto na carreira proteana as necessidades pessoais são mais relevantes e impulsionadoras do que as necessidades da empresa, sendo enfatizadas características como maleabilidade, mobilidade, envolvimento profissional em detrimento do emocional e planejamento de carreira baseado no futuro (OLIVEIRA; GOMES, 2014).

O recorte geracional é válido em termos das vivências históricas partilhadas pelas gerações e em termos da compreensão das características do grupo alvo dos estudos, geralmente jovens de estratos superiores, que são também aqueles que encontram maiores possibilidades de se “encaixar” nos modelos de carreira contemporâneos. Contudo, há se que atentar para uma parcela específica de jovens e não em toda uma geração, abrindo espaço para o entendimento dos diferentes grupos que a compõem, o que é pouco realizado nos estudos existentes (LEMOS, 2012; ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012). Cabe frisar, ainda, que nenhuma tipologia sobre gerações, tampouco sobre carreiras, foi desenvolvida pensando nos jovens brasileiros e, ainda que fosse o caso, falar sobre carreira pode já não ser o termo mais apropriado, considerando as mudanças na sociedade e no mundo laboral que culminaram na vertiginosa diminuição da previsibilidade que permeava os planos e perspectivas de carreira dos profissionais ao longo do tempo, até um passado recente.

Essas mudanças não estão circunscritas apenas aos jovens, mas afetam esse grupo de forma mais intensa, considerando que a juventude é um grupo vulnerável no que tange a trabalho e emprego na sociedade contemporânea (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; PICANÇO, 2015). A taxa de desocupação no Brasil, considerando o 3º trimestre de 2019, foi de 11,8%, demonstrando estabilidade em relação ao mesmo período de 2018. Por sua vez, a taxa de desocupação dos jovens de 14 a 17 anos foi de 40,6% e, dos jovens de 18 a 24 anos de idade, foi de 25,7%. Em 2015, essas taxas eram, respectivamente, 26,5% e 19,7%, demonstrando aumento significativo no número de jovens em situação de desocupação (IBGE, 2019). As estatísticas de desemprego, mesmo não cobrindo integralmente o fenômeno (PAIS, 2005), envolvem de forma mais representativa os jovens (GUERREIRO; ABRANTES, 2005; RAITZ; PETERS, 2008; DIB; CASTRO, 2010; TIRIBA; FISCHER, 2011; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; REIS, 2015; PICANÇO, 2015; ILO, 2017). Essas estatísticas não abrangem o trabalho informal ou o desemprego oculto (que envolve aqueles que não estão à procura de emprego), constituindo uma tarefa difícil recensear o desemprego juvenil, principalmente no presente cenário, em que a flexibilização do trabalho trouxe mudanças em relação aos limites que separavam trabalho e não trabalho (PAIS, 2005).

Nesse sentido, os jovens se defrontam com uma inserção laboral marcada pela instabilidade e pelo risco e, além da inserção, a qualidade das ocupações é igualmente importante (ILO, 2017), pois, uma vez inseridos no mercado de trabalho, eles tendem a

enfrentar trabalhos precários e temporários (LOUGHLIN; LANG, 2005; GUERREIRO; ABRANTES, 2005; PAIS, 2005; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; O'REILLY et al., 2015; MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019), elevada rotatividade (GONZALEZ, 2009; REIS, 2015), tendência a ocupações menos protegidas e piores remuneradas (PICANÇO, 2015), além de altas taxas de pobreza e informalidade, com aproximadamente três quartos da juventude mundial em ocupações informais (ILO, 2017). A taxa de informalidade para os trabalhadores brasileiros vêm apresentando uma tendência de crescimento desde 2017 (IPEA, 2019). Tornou-se comum, por exemplo, ver jovens vendendo balas e outros produtos em sinais de trânsito e no interior de ônibus urbanos. Dentre os jovens, existem grupos em situações mais vulneráveis, que apresentam maior tendência à informalidade, como os menos escolarizados e os negros (ILO, 2017). Isso reforça que a inserção profissional transcende a relação econômica de oferta e procura de empregos, refletindo a estrutura sócio-histórica que constitui o mercado de trabalho (MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019).

No caso do Brasil, o cenário de dificuldades para os jovens no mercado de trabalho é agravado em virtude das desigualdades na distribuição de renda (TIRIBA; FISCHER, 2011), além da baixa e frágil escolaridade de boa parte da população (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013). Apesar do prolongamento dos anos de escolarização, que deve ser destacado, a inserção no mercado de trabalho não se tornou mais tardia, indicando que apenas foi ampliada a concomitância de estudos e trabalho (GONZALEZ, 2009; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013). Ademais, os jovens com maiores níveis de qualificação geralmente têm mais recursos e suporte familiar para escapar de ocupações precárias, sendo, para estes, menores as chances de subemprego e maiores as de desemprego. No caso de jovens com menores níveis de qualificação, as oportunidades de obter alguma ocupação são aproveitadas com menos restrições, sendo o desemprego muitas vezes resolvido através do subemprego (PAIS, 2005).

Há evidências de que o trabalho precoce, a divisão sexual e as desigualdades de renda possuem grande peso na experiência juvenil brasileira (GONZALEZ, 2009). A inserção, a qualidade da ocupação e o rendimento dos jovens variam conforme características como gênero, cor, situação de domicílio e, principalmente, conforme renda familiar *per capita*, assim como a autonomia que possuem para gastar esses rendimentos varia conforme os estratos da sociedade onde estão localizados e do peso que esses rendimentos têm na renda geral da família (ABRAMO, 2016).

Considerando que no Brasil ser um trabalhador é algo que distingue o “cidadão” do “marginal” ou do “vagabundo” (VERIGUINE; BASSO; SOARES, 2014) e sublinhando as dificuldades para inserção e manutenção no mercado de trabalho no que tange os jovens, foram desenvolvidas, ainda que tardiamente, importantes políticas públicas no Brasil visando contemplar as questões que afetam a juventude (KERBAUY, 2005). Reconhecendo-se os avanços nesse sentido, de forma geral, ao invés de políticas públicas efetivas, percebe-se um corpo de programas geralmente desconexos e desarticulados, com tratamento fragmentado e ainda incipiente quando se trata da interlocução com os jovens para contribuições no desenho, implementação e avaliação de tais políticas (SPOSITO, 2003), abrindo margem para questionamentos dos reais impactos dessas ações, já que muitas vezes os próprios jovens nem mesmo conhecem as ações governamentais voltadas para a juventude (RIBEIRO, 2016).

Questões remanescentes

Em virtude de outras pesquisas realizadas envolvendo a juventude no Brasil, algumas delas já citadas anteriormente, persistem inquietações que atravessam os achados já acumulados e suscitam o desejo de ir além no entendimento do que é ser jovem neste país. O que é determinante para caracterizar alguém como adolescente, como jovem ou como adulto no Brasil? Com base em que são formadas essas visões? Como elas impactam a transição dos

jovens para a vida adulta?

Os adultos têm uma concepção do que é a vida adulta e de quais eventos podem ser elencados como determinantes para a adultez, mas os jovens, que experimentam essa gradual transição, teriam a mesma clareza? Essa transição se dá em torno de marcadores específicos, como muitas vezes apontado na literatura (eventos de transição), ou em torno de processos mais complexos (percepções subjetivas)? O que é mais relevante na transição para a vida adulta, os eventos passados ou os projetos futuros? Qual o papel do trabalho nessa transição? É possível falar em modelos de carreira e/ou de trajetórias profissionais comuns que contemplem as juventudes brasileiras atualmente? Quais as perspectivas futuras para essas trajetórias, considerando que elas não mais seguem padrões e caminhos bem delimitados?

Com relação aos jovens de estratos mais baixos da sociedade, que fazem parte do que pode ser chamado de ralé brasileira (SOUZA, 2009), para os quais historicamente foram dirigidas ações de controle dos desvios, partindo do pressuposto da juventude como etapa problemática (KERBAUHY, 2005; FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005; TIRIBA; FISCHER, 2011), cabe pensar se as políticas em vigência atuam no intuito de trabalhar sobre a potencial ameaça que eles podem causar à ordem social ou sobre as possibilidades que eles possuem de crescimento, contribuição e atuação cidadã na sociedade. Conforme afirma Kerbauy (2005, p. 196), “o imaginário social continua associando a juventude à transgressão, à curiosidade, às buscas fora dos referenciais de normalidade, sem atentar para a tentativa angustiada dos jovens de serem incluídos, ouvidos e reconhecidos como membros da sociedade”. Em termos de políticas públicas que envolvem juventude e trabalho no Brasil, qual a correspondência entre os objetivos traçados e os objetivos alcançados nas ações implementadas? Especificamente no que tange o Programa de Aprendizagem, dado seu expressivo alcance (embora ainda distante do almejado), após o término dos contratos, como os jovens são preparados para serem sujeitos autônomos e aptos a construir uma trajetória profissional? Quais as contribuições percebidas nessa experiência de trabalho? Quais os impactos dela na trajetória profissional dos jovens e dos adultos em processo de formação? Em que medida as escolhas relacionadas a essa experiência condicionam os frutos que ela oferece? E quais as escolhas possíveis?

Pensando em termos das escolhas mais comuns à juventude, quais são aquelas que se descortinam para jovens em situação de vulnerabilidade social, considerando que elas são “fortemente condicionadas pelas disposições e condições proporcionadas pelos meios sociais em que os jovens se inscrevem” (GUERREIRO; ABRANTES, 2005, p. 16), perpetuando, na maioria das vezes, as condições de privação vivenciadas no núcleo familiar (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012; O’REILLY et al., 2015)? O que é determinante para que certos jovens, em situação socioeconômica equivalente e com similaridades de faixa etária e de inserção no mercado de trabalho, tenham uma trajetória profissional dita bem sucedida enquanto outros não a alcançam? Esse desenvolvimento estaria ligado aos discursos de meritocracia e empregabilidade, refutando-os ou reforçando-os? Tendo em vista a realidade brasileira, como esses discursos se associam (ou não) à transição para a vida adulta e à trajetória profissional de jovens trabalhadores, considerando suas especificidades?

Comparações frutíferas podem ser resultantes do confronto das percepções de jovens em situação de emprego e desemprego, destacando-se também as atividades informais, que abrangem grande parte dos jovens e em certos casos pode constituir, para eles, a única opção vislumbrada no mercado de trabalho. Destaca-se a importância de pensar essas percepções e vivências a partir de juventudes diferentes, envolvendo possíveis recortes socioeconômicos, regionais, culturais, de gênero, de cor, de escolaridade, de núcleo familiar, entre outros. Adotar perspectivas de estudos interseccionais no que tange as juventudes brasileiras representa terreno fértil para melhor compreendê-las. Para enriquecer esses recortes possíveis,

recomenda-se lançar mão de aportes de outros campos, como psicologia e sociologia, considerando a interdisciplinaridade dos temas em questão.

As perspectivas metodológicas para pesquisas futuras que contemplem os temas e os sujeitos de pesquisa em foco neste ensaio são diversas. A pesquisa qualitativa é especialmente rica tendo em vista os temas e sujeitos em questão, por propiciar a compreensão dos fenômenos conforme a perspectiva daqueles que os vivem, extraindo deles aquilo que é significativo e abrindo espaço, ainda, para considerações sobre a teia de relações sociais e culturais que os envolvem (BRYMAN, 1992; GODOY, 1995). Nessa abordagem, sugere-se: o uso de entrevistas não estruturadas ou com roteiros semiestruturados, desenvolvidas individualmente ou em grupos; técnicas projetivas de associação (BAILEY, 1982; BRYMAN, 1992), em que são apresentados estímulos ambíguos aos indivíduos, por meio de palavras, fotos e desenhos, por exemplo; e história de vida, técnica adequada para identificar e entender momentos críticos na biografia dos jovens. Para análise dos dados, sugere-se: análise de conteúdo, que visa à análise das informações contidas nas comunicações, permitindo extrapolações e interpretações valiosas a partir dos significados imediatos (BARDIN, 1977; FRANCO, 2008); e análise de discurso, com suas diferentes linhas analíticas, considerando fala, enunciação e contexto, conteúdo manifesto e conteúdo latente (GODOI, 2009).

Privilegiando as pesquisas qualitativas, em função das particularidades dos temas e sujeitos de pesquisa, existem também possibilidades de pesquisa quantitativa, que podem propiciar comparações entre diferentes juventudes. Como instrumento de coleta, podem ser elaborados questionários que, contemplando a realidade brasileira, abordem a diversidade etária, a transição para a vida adulta e a trajetória profissional dos jovens. Para a análise dos dados, são sugeridos tratamentos estatísticos da mais baixa à mais alta complexidade, como estatísticas uni, bi e multivariadas, inclusive modelagem de equações estruturais para analisar possíveis modelos delineados integrando os construtos (MALHOTRA, 2004; HAIR JUNIOR et al., 2010). A triangulação metodológica também se faz interessante ao combinar as abordagens qualitativa e a quantitativa, ampliando e aprofundando os resultados em termos do panorama encontrado (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Sem a pretensão de fornecer respostas certas, quiçá adequadas, às perguntas aqui suscitadas e às outras possíveis, e sem esgotar as possibilidades de discussão em torno dos construtos e do grupo abordado, este ensaio tem o intuito de trazer à reflexão questões que permanecem e demonstram relevância teórica e pragmática no campo da Administração: teórica no sentido de oferecer contribuições para a literatura sobre juventude, permitindo recortes e abordagens variadas e necessárias; e pragmática no sentido de munir de informações as organizações e a sociedade onde os jovens se inserem, os formuladores de políticas públicas e os próprios jovens, dando-lhes possibilidades de expressão e de maior conhecimento sobre questões inquietantes dessa fase da vida.

Referências

- ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, p. 25-36, 1997.
- ABRAMO, Helena W. Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: Pinheiro, Diógenes; Ribeiro, Eliane; Venturi, Gustavo; Novaes, Regina (orgs.). *Agenda Juventude Brasil: leitura sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, p. 19-59, 2016.
- AQUINO, Luseni M. C. de. A juventude como foco das políticas públicas. In: Castro, Jorge A. de; Aquino, Luseni M. C. de; Andrade, Carla C. de, orgs. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.
- ARNETT, Jeffrey J. Young people's conceptions of the transition to adulthood. *Youth & Society*, v. 29, n. 1, p. 3-23, 1997.

- ARNETT, Jeffrey J. New Horizons in Research on Emerging and Young Adulthood. In Booth, Alan; Brown, Susan L.; Landale, Nancy S.; Manning, Wendy D.; Mchale, Susan M. (eds). *Early Adulthood in a Family Context*. Springer, New York, 2012, p. 231-244.
- ARTHUR, Michael B.; CLAMAN, Priscilla H.; DeFILLIPPI, Robert J. Intelligent Enterprise, Intelligent Career. *The Academy of Management Executive*, v. 9, n. 4, p. 7-20, 1995.
- BAILEY, Kennety D. *Methods of social research*. New York: The Free Press, 1982.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEHAR, Alexandre H. Meritocracia enquanto ferramenta da ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica. *Organizações e Sociedade*, v.26, n.89, p.249-268, 2019.
- BRASIL. *Lei nº 10.097, 2000*. Recuperado em 28 fevereiro, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm.
- BRASIL. *Decreto nº 5.598, 2005*. Recuperado em 28 fevereiro, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm.
- BRASIL. *Decreto nº 9.579, 2018*. Recuperado em 28 fevereiro, 2020, de <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/decreto-9579-2018.htm>.
- BRYMAN, Alan. *Research methods and organization studies*. London: Unwin Hyman, 1992.
- COLLING, Taís; OLTRAMARI, Andrea P. História de Vida e Teoria Interseccional. *Revista ADM. MADE*, v. 23, n. 2, p. 59-69, 2019.
- COLLIS, Jill, HUSSEY, Roger. *Pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CORROCHANO, Maria C.; FREITAS, Maria V. Trabalho e Condição Juvenil: permanências, mudanças, desafios. In: Pinheiro, Diógenes; Ribeiro, Eliane; Venturi, Gustavo; Novaes, Regina (orgs.). *Agenda Juventude Brasil: leitura sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, p. 155-173, 2016.
- COSTA, Joana; ROCHA, Enid; SILVA, Claudia. Voces de la juventud em Brasil: aspiraciones y prioridades. In: NOVELLA, Rafael; REPETTO, Andrea; ROBINO, Carolina; RUCCI, Graciana (eds.). *Millennials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar?* Inter-American Development Bank, 2018.
- COUTINHO, Maria C.; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce H. P. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 19, p. 29-37, 2007.
- DIB, Sandra K.; CASTRO, Lucia R. de. O trabalho é projeto de vida para os jovens? *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 13, n. 1, p. 1-15, 2010.
- FLORES, Tarsila. *Cenas de um genocídio: homicídios de jovens negros no Brasil e a ação de representantes do Estado*. 2017. 145 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- FRANCO, Maria L. P. B. *Análise do conteúdo*. 3 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.
- FREITAS, Maria V. de; ABRAMO, Helena W.; LEON, Oscar D. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. Ação Educativa: Programa de Juventude, 2005.
- GALLAND, Olivier. Entrer dans la vie adulte: des étapes toujours plus tardives mais resserrées. *Économie et Statistique*, n. 337-338, p. 13-36, 2000.
- GODOI, Christiane K. A Perspectiva da Interpretação Social dos Discursos. In: Carrieri, A. P., Saraiva, L. A. S., Pimentel, T. D., Souza-Ricardo, P. A. G. (Org.). *Análise do Discurso em Estudos Organizacionais*. Curitiba: Juruá, 2009. p. 131-152.
- GODOY, Arlida S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. *Revista de Administração de Empresas*, v.35, n.2, p. 57-63, 1995.
- GONZALEZ, Roberto H. A juventude como foco das políticas públicas. In: Castro, Jorge A. de; Aquino, Luseni M. C. de; Andrade, Carla C. de, orgs. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.

- GUERREIRO, Maria das D.; ABRANTES, Pedro. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, p. 157-212, 2005.
- GUIMARÃES, Alexandre Q.; ALMEIDA, Mariana E. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. *Temas de Administração Pública*, v. 8, n. 2, 2013.
- HALL, Douglas T.; MOSS, Jonathan E. The New Protean Career Contract: helping organizations and employees adapt. *Organizational Dynamics*, v. 26, n. 3, p. 22-37, 1998.
- HAIR JUNIOR, Joseph F.; BLACK, William C.; BABIN, Barin J.; ANDERSON, Rolph E. *Multivariate data analysis*. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2010.
- HELAL, Diogo H. O papel da educação na sociedade e organizações modernas: criticando a meritocracia. *Revista Eletrônica de Administração*, v.13, n.2, p.386-408, 2007.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. *Global Employment Trends for Youth 2017*. Recuperado em 22 novembro, 2019, de: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_598669.pdf.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Trabalho e renda – Políticas sociais: acompanhamento e análise. Recuperado em 27 março, 2020, de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/191021_boletim_bps_26_trabalho_e_renda.pdf.
- JAMESON, Fredric. *Post modernity: or the cultural logic of late capitalism*. London: New Left Review, 1984.
- KERBAUY, Maria T. M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? *Estudos de Sociologia*, v. 18/19, p. 193-203, 2005.
- KUNZE, Florian; BOEHM, Stephan. A. Research on age diversity in the workforce: current trends and future research directions. In: Field, John; Burke, Ronald J.; Cooper, Cary L.(eds.). *The SAGE handbook of aging, work and society*. Thousand Oaks/CA: Sage Publications Inc., 2013, p. 41-59.
- LECCARDI, Carmen. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Tempo social*, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005.
- LEMONS, Ana H. da C. Juventude, gerações e trabalho: ampliando o debate. *Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 63, p. 739-743, 2012.
- LOUGHLIN, Catherine; LANG, Katherine. Young workers. In: Barling, Julian; Kelloway, Kevin.; Frone, Michael R.(eds.), *Handbook of work stress*, p.405-430, Thousand Oaks: Sage, 2005.
- MALHOTRA, Naresh K. *Pesquisa de marketing*. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- MARGULLIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra: Ensayos sobre cultura y juventud. 3ed. Buenos Aires, 2008.
- MARTINS, Bibiana V.; SCHERDIEN, Camila; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Estrutura de classe e mobilidade social no processo de inserção profissional de jovens no Brasil: reflexões e agenda de pesquisa. *Cadernos EBAPE.BR*, v.17, n.3, p.564-576, 2019.
- MT - Ministério do Trabalho. *Boletim da Aprendizagem Profissional Jan a Set 2018*. 2018. Recuperado em 26 novembro, 2019, de <http://obtrabalho.mte.gov.br/images/Boletim%20da%20Aprendizagem/Boletim%20JAN%20a%20SET%202018%20v2%20FINAL.pdf>.
- NOVELLA, Rafael; REPETTO, Andrea; ROBINO, Carolina; RUCCI, Graciana (eds.). *Millennials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar?* Inter-American Development Bank, 2018.
- OLIVEIRA, Manoela Z. de; GOMES, William B. Estilos reflexivos e atitudes de carreira proteana e sem fronteiras nas organizações contemporâneas brasileiras. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, v.14, n.1, p. 105-118, 2014.

- O'REILLY, Jacqueline; EICHHORST, Werner; GÁBOS, András; HADJIVASSILIOU, Kari; LAIN, David; LESCHKE, Janine; MCGUINNESS, Seamus; KUREKOVÁ, Lucia M.; NAZIO, Tiziana; ORTLIEB, Renate; RUSSELL, Helen; VILLA, Paola. Five Characteristics of Youth Unemployment in Europe: Flexibility, Education, Migration, Family Legacies, and EU Policy. *Sage Open*, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2015.
- PAIS, José M. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar, 2005.
- PAIS, José M. The Multiple Faces of the Future in the Labyrinth of Life. *Journal of Youth Studies*, v. 6, n. 2, p. 115-126, 2003.
- PICANÇO, Felícia S. Juventude e trabalho decente no Brasil: uma proposta de mensuração. *Caderno CRH*, v. 28, n. 75, p. 569-590, 2015.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2019 – PNAD 2019*. Recuperado em 22 novembro, 2019, de http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_3tri.pdf.
- RAITZ, Tânia R.; PETTERS, Luciane C. F. Novos desafios dos jovens na atualidade: Trabalho, educação e família. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 408-416, 2008.
- REIS, Maurício. Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 69, n. 1, p. 125-143, 2015.
- RIBEIRO, Eliane. Políticas de Juventude no Brasil: conhecimento e percepção dos jovens. In: Pinheiro, Diógenes; Ribeiro, Eliane; Venturi, Gustavo; Novaes, Regina (orgs.). *Agenda Juventude Brasil: leitura sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, p. 287-307, 2016.
- ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria C.; BITENCOURT, Betina M. Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil? *Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 62, p. 551-558, 2012.
- SANTOS, Boaventura de S. Hermenêutica ditrópica: pela democratização do conhecimento (Entrevista a Jurandir Malerba). *Registro*, ano 3, n.5, Caderno Especial, 1996.
- SILVA JÚNIOR, Paulo R.; MAYORGA, Claudia. Jovens nem nem brasileiros/as: entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções. *Desidades-Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude*, n. 23, ano 7, p. 10-23, 2019.
- SOBROSA, Gênesis M. R.; CAMERIN, Cassiano; PERRONE, Cláudia M.; DIAS, Ana C. G. Opiniões sobre trabalho em jovens de classes populares. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 14, n. 2, p. 265-276, 2013.
- SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Editora UFMG, 2009.
- SPOSITO, Marília P.; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda A. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. *Educação e Pesquisa*, v. 44, 2018.
- SPOSITO, Marília P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 87-127.
- SPOSITO, Marília P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: Freitas, Maria V. de; Papa, Fernanda de C. (Org.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.
- THOMSON, Rachel; BELL, Robert; HOLLAND, Janet; HENDERSON, Sheila; MCGRELLIS, Sheena; SHARPE, Sue. Critical moments: Choice, chance and opportunity in young people's narratives of transition. *Sociology*, v. 36, n. 2, p. 335-354, 2002.
- VERIGUINE, Nádia R.; BASSO, Cláudia; SOARES, Dulce H. P. Juventude e Perspectivas de Futuro: A Orientação Profissional no Programa Primeiro Emprego. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 34, n. 4, p. 1032-1044, 2014.